

Assunto: TJPE define mutirão para agilizar processos	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: política	Seção:
Página: 5	Data: 22/07/2014

TJPE define mutirão para agilizar processos

Mariana Mesquita

mmesquita@jc.com.br

O Tribunal de Justiça de Pernambuco definiu ontem que vai implementar Câmaras Extraordinárias para atuar nos âmbitos civil e criminal, em regime de mutirão, ao longo dos próximos 90 dias. Trata-se de um dos projetos prioritários da gestão de Frederico Neves, que preside o TJPE. “As Câmaras Extraordinárias têm por finalidade o julgamento dos processos mais antigos em tramitação no Tribunal de Justiça. Queremos julgar pelo menos 80% dos processos distribuídos até dezembro de 2011”, explicou o desembargador.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu, em conjunto com os tribunais de todo o País, metas de nivelamento para o poder judiciário. Uma das que mais se destacam é a chamada Meta 2, que determina que sejam identificados e julgados os processos mais antigos, garantindo o direito dos cidadãos de ter uma resposta da Justiça dentro de

um prazo razoável. Até o início de julho, o TJPE acumulava 2.529 processos em atraso, dos quais 1.230 na área cível, 828 criminais, 380 fazendários e 91 de competência da Corte Especial ou Pleno.

Funcionamento das Câmaras vai acontecer nos sábados

A primeira sessão das duas Câmaras temporárias deve acontecer no dia 16 de agosto. Cada unidade será composta por três desembargadores, e o funcionamento será aos sábados. “Isso demonstra o comprometimento dos desembargadores, a vontade de responder aos anseios dos pernambucanos e de aproximar o TJPE da realidade dos cidadãos”, avaliou Neves. Caso haja necessidade, o projeto poderá ser estendido por mais três meses.

Assunto: Médico é preso por assassinato – 1ª Vara do Tribunal do Juri do Recife	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção:
Página: 2	Data: 22/07/2014

jornal do  commercio

Médico é preso por assassinato

O cardiologista José Carlos Queiroz Spinelli, considerado pela Justiça como mandante do assassinato do cirurgião-dentista Petrus Soares da Silva em 2005, foi preso ontem após se apresentar na 1ª Vara do Júri da Comarca do Recife. O médico foi condenado a 17 anos de prisão em 2010, mas recorreu da decisão. No último dia 14 o juiz Elson Zoppe-laro Machado determinou o cumprimento da sentença condenatória e dia 17 um mandado de prisão foi expedido.

José Carlos Spinelli não pode mais recorrer. Ele foi encaminhado à Penitenciária Professor

Execução de
dentista ocorreu
em outubro de
2005

Barreto Campelo, em Itamaracá, na Região Metropolitana.

Além do cardiologista, outras pessoas tiveram envolvimento no crime. O policial militar Douglas Dias de Araújo, o Douglas Pitbull, que contratou um grupo para matar o

dentista, está preso no Centro de Reeducação da Polícia Militar (Creed). Os demais participantes da execução estão em liberdade provisória.

Alberto Soares, irmão de Petrus, diz que ficou aliviado com a prisão de José Carlos. "Não consigo externar exatamente o que estou sentindo, minha alma está vazia. O homem que destruiu a minha família era nosso amigo íntimo, foi padrinho do meu casamento e do de Petrus e é padrinho da minha filha mais velha. Só posso sentir alívio em saber que ele será punido pelo que fez", relatou o dermatologista.

Petrus Soares e José Carlos Spinelli eram amigos e trabalhavam juntos no Hospital Geral de Areias, na Zona Oeste do Recife. Após um assédio realizado pelo cardiologista à esposa de Petrus, eles cortaram relações e a convivência profissional ficou cada dia mais conturbada.

No dia 14 de outubro de 2005, quando voltava do trabalho, Petrus Soares foi executado com seis tiros na Avenida General San Martin. O dentista dirigia um Palio Weekend quando foi abordado por dois homens em uma moto e baleado.

Assunto: Bandidos espalham terror em Macaparana	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção:
Página: Capa	Data: 22/07/2014

Bandidos espalham o terror na região

Em Macaparana, a pronúncia dos nomes “Paleta” e “Dé” tem um efeito devastador sobre a população. Os dois são acusados pela polícia de serem os líderes do grupo de assaltantes que atua na região. Josicláudio Severino da Silva, conhecido como “Paleta”, tem um mandado de prisão preventiva expedido pelo juiz de Macaparana, Severino Rodrigues de Souza. José Antônio da Silva, o “Dé”, tem mandado de prisão na comarca de São Vicente Férrer, município vizinho. Ambos por roubo.

O delegado que responde por Macaparana, Herbert Martins, afirmou que já estão adiantadas as investigações para tentar prender a quadrilha. “Sabemos que existem pessoas de fora do Estado e que aproveitam a defasagem de efetivo policial na região da Mata Norte para praticar crimes. Nossas condições de trabalho não são favoráveis, mas temos feito muitas diligências extras para resolver o caso”, afirmou.

A quadrilha, segundo a polícia, exporta criminosos para outras cidades do País. No final de maio foi preso em Belo

Horizonte Wellington Antonio da Silva, conhecido como “Governador”. Natural de Macaparana e com atuação na região, foi capturado em Belo Horizonte por roubo qualificado com arma de fogo e hoje está preso na capital mineira. “Trata-se de um bando articulado e experiente que fincou base na região”, argumenta o delegado.

Investigar os crimes em Macaparana é uma tarefa complicada, visto que o delegado acumula funções e tem à disposição apenas um agente e um escrivão. No dia em que a reportagem esteve na cidade havia somente um agente na delegacia.

A Polícia Militar confirmou que apenas uma viatura tática realiza o patrulhamento em Macaparana, mas afirmou que as rondas têm apoio de duas viaturas do Grupo de Apoio Tático Itinerante (Gati) e de motopatrulheiros. Para o presidente da Câmara de Diretores Lojistas local, Ronaldo Oliveira, não falta empenho aos policiais da cidade, e sim estrutura. “A gente vê que eles dão o sangue, mas não têm a menor condição de trabalhar.”

Assunto: Juiz inicia escutas do caso dos vereadores de Caruaru	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: 6	Data: 22/07/2014



▶ PONTO FINAL

Juiz inicia escutas do caso

MÁRIO FLÁVIO
Especial para a Folha

CARUARU - Começou ontem, no Fórum de Caruaru, o processo de ouvidas dos envolvidos na Operação Ponto Final, que culminou com a prisão de dez vereadores da cidade. O primeiro a prestar esclarecimento foi o secretário municipal de Relações Institucionais, Marco Casé. Ele é peça-chave no processo porque foi na sua sala que as es-

cutas da Polícia Civil foram gravadas. O secretário entrou na sala do Tribunal do Júri e não quis falar com os jornalistas. A imprensa não foi autorizada a acompanhar a audiência, já que o juiz da 4ª Vara Criminal, Francisco de Assis, disse que o processo segue em segredo de Justiça. A maioria dos vereadores envolvidos no caso foi ao Tribunal para acompanhar os depoimentos.

O criminalista Emerson Leônidas, principal advogado da

banca de defesa dos parlamentares, disse que o processo judicial será longo, já que mais de 170 pessoas serão ouvidas. "Todas aquelas investigações feitas pela polícia serão submetidas ao processo do contraditório. Cada vereador vai ter como se defender. As testemunhas serão ouvidas e, após isso, pode ocorrer uma fase de diligências, caso seja necessário. É um processo que demora um pouco", disse.

Nesta semana serão ouvidas as testemunhas de acusação, na próxima as de defesa e na sequência os vereadores. O prefeito José Queiroz será ouvido no dia 24, às 14h. Os advogados de defesa já estão com a liberação para divulgar alguns áudios que poderiam expor outros políticos da cidade. Eles iriam mostrar em coletiva de imprensa o teor das gravações, mas tiveram que solicitar a autorização do juiz.

Assunto: Greve dos professores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 1	Data: 22/07/2014



Greve dos professores recebe oposição da Prefeitura do Recife

Acordo só com volta às aulas

PROFISSIONAIS mantêm paralisação, mas admitem que estão passando pela maior pressão dos últimos 12 anos

O impasse continua: ontem, representantes do Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife (Simpere) se reuniram com a gestão municipal para tentar negociar o fim das penalidades impostas aos grevistas, mas a PCR disse que só haverá negociação com a volta ao trabalho. A gestão municipal informou, ainda, em nota no final do dia, que 92% das escolas e creches recifenses funcionaram normalmente na segunda. O que foi negado pelo Sindicato, que permanece afirmando que continuará a paralisação, e já divulgou, inclusive, a agenda do movimento durante o dia de hoje. "Vamos fazer outra vigília na frente da Prefeitura e à tarde teremos uma assembleia para discutir

os rumos do movimento. Apesar do endurecimento, a maioria dos companheiros está firme na luta e não vai voltar ao trabalho", disse a secretária geral do Simpere, Eunice Nascimento.

A declaração foi feita logo após o encontro com o secretário de Governo e Participação Social, Sileno Guedes. A reunião aconteceu de manhã, na sede da Prefeitura do Recife, enquanto vários professores aguardavam no terreno do prédio, na avenida Cais do Apolo, no Bairro do Recife. A decisão dos professores vem sendo vista como um ato questionável, uma vez que no mesmo dia da decretação da paralisação, a pedido da Prefeitura, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) garantiu a ilegalidade do ato e estipulou multa diária de R\$ 100 mil, caso os docentes não voltassem às salas de aula.

A situação dos professores não será fácil, caso decidam continuar o movimento. Mas caso resolvam voltar atrás, é possível que a multa seja anulada e o corte do ponto negociado. Apesar de ter de-



Luciano Ferreira/Divulgação

COMISSÃO reunida com Sileno Guedes não conseguiu retirar multa nem faltas

Folha resume

A queda de braço entre PCR e Simpere continua: apesar do movimento ter sido considerado ilegal pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, os profissionais asseguraram que continuarão em greve. Mas encontrarão, pela frente, a obstinação da Prefeitura, que afirma: só negocia se os professores retornarem ao trabalho.

cretado do movimento ilegal, o TJPE, através da assessoria de imprensa, informou que a cobrança só pode ser feita após uma notificação oficial. Essa informação deve partir da Procuradoria do Recife. O órgão é que deve encaminhar um ofício à Justiça determinando o prazo do cumprimento. Dessa forma, se for feito um acordo entre o

Governo Municipal e a categoria, a aplicação dessa penalidade pode ser anulada. Mas isso só deve ocorrer com o fim da greve.

Em nota, a gestão municipal informou que ouviu as demandas da categoria e reafirmou sua posição de continuar o diálogo, assim que os professores voltem às salas de aula. O Executivo ainda ratificou que, desde a última quinta-feira, primeiro dia útil após a decretação da ilegalidade da greve, os faltosos terão seus salários descontados, como previsto em lei. Foi informado ainda que 92% das escolas e creches funcionaram nesta segunda-feira. Por último, a Prefeitura assegurou que continua aberta a debater o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) da categoria, assim que a normalidade na prestação dos serviços de educação do município estiver plenamente restabelecida.

A greve dos professores municipais do Recife, iniciada na há uma semana, representa, segundo o Simpere, o maior embate com o governo dos últimos 12 anos.

Assunto: Aniversário desembargador Alfredo Jambo	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona
Página: 1	Data: 22/07/2014



A coluna canta os parabéns hoje para o deputado André de Paula, Maria Madalena Patriota, Sandra Paes Barreto, Angela Cartaxo, Armínio Collier, Thelma Freire, Mônica Dias, Marcos Kelner, Carlos Marques, Evilásio Ribeiro, Vitória Beltrão, Thaís Asfora, Beth Araruna, Cristina Rebello Pessoa, Nilzo Lapenda Júnior, Andreia Maranhão, Karla Monteiro, Natália Quirino e o desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo.

Assunto: Juiz Sílvio Romero lança edição atualizada de livro sobre Direitos da Personalidade

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Vida Urbana

Seção:

Página: A10

Data: 22/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Juiz lança edição atualizada de livro

Publicação: 22/07/2014 03:00



Obra de 200 páginas estuda direitos da personalidade

Após passar um ano e meio fazendo pós-doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o juiz Sílvio Romero lançou a segunda edição do seu livro Direitos da Personalidade. A publicação, que havia sido lançada pela primeira vez no ano de 2005, volta às livrarias agora totalmente atualizada e revisada. Editado pela Atlas, o livro com mais de 200 páginas estuda a figura jurídica dos direitos da personalidade, que envolve os direitos necessários e essenciais à existência da pessoa. O lançamento do livro foi anunciado pelo juiz que responde pela 18ª Vara Cível da Capital em visita feita ontem ao Diário de Pernambuco. Sílvio Romero foi recebido pelo presidente dos Diários Associados no Nordeste, Jozzil Barros.

“Em face do princípio fundamental da dignidade humana, pode-se dizer que a pessoa é o bem supremo da ordem jurídica, o seu fundamento e seu fim”, disse Romero. “Sendo possível conduzir que o Estado existe em função das pessoas e não o contrário, a pessoa é o sujeito do direito e nunca o seu objeto”, afirmou. Não há valor que supere o valor

da pessoa humana. É nesse sentimento de valor que se fundamenta o direito da personalidade como projeção da personalidade humana”, explica o autor do livro, que também é professor de direito da UFPE.

De acordo com Sílvio Romero, o livro é direcionado aos profissionais de direito, estudantes da área e advogados para fundamentar as ações de responsabilidade civil por danos morais. “Todos aqueles que militam no campo da responsabilidade civil, com ênfase na figura do dano moral, encontrarão nesse livro um campo vasto de investigação”, resume o autor.

O objeto de investigação do livro foi estudar os direitos da personalidade inseridos no Código Civil de 2003, sua estrutura e tutela jurídica. O estudo orientou-se por uma metodologia de aplicação do direito, tendo em vista a definição teórico-científica do direito da personalidade.

Assunto: Fórum de Combate às Drogas	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção:
Página: A5	Data: 22/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Fórum de combate às drogas

Publicação: 22/07/2014 03:00

Começa hoje o 1º Fórum de Atenção a Usuários de Drogas: Ampliando o Debate. O encontro é voltado para profissionais da Justiça, saúde, educação e assistência social. O evento ocorrerá no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, Ilha Joana Bezerra,

Assunto: TJPE contará com câmaras extraordinárias	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção:
Página: A10	Data: 22/07/2014

DIARIOde**PERNAMBUCO**

TJPE contará com câmaras extraordinárias

Publicação: 22/07/2014 03:00

O Tribunal de Justiça de Pernambuco terá câmaras extraordinárias para julgar processos relacionados às metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Pleno do TJ aprovou ontem o projeto que regulamenta o funcionamento das câmaras cíveis e criminais.

Assunto: Médico cumprirá prisão em regime fechado – 1ª Vara do Tribunal do Juri do Recife

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Local

Seção:

Página: A7

Data: 22/07/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Médico cumprirá prisão em regime fechado

Condenado por mandar matar dentista em 2005, José Carlos Queiroz Spinelli concluirá pena na Penitenciária Barreto Campelo

Publicação: 22/07/2014 03:00



Spinelli (esquerda) estava em liberdade provisória

Depois de quase quatro anos em liberdade provisória, o cardiologista José Carlos Queiroz Spinelli, 65, condenado a 17 anos sob acusação de ser o mandante do assassinato do dentista Petrus Soares, em 2005, voltou para a prisão. Ele se apresentou ontem ao Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano e foi encaminhado à Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, após o fim do prazo de validade do recurso e expedição do novo mandado de prisão.

O despacho do cumprimento da condenação foi emitido em 14 de julho pelo juiz Elson Zoppellaro Machado, da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, e não cabe mais recursos. O assassinato teve motivação passional. Petrus teria cortado relações com Spinelli ao saber que ele assediava a sua esposa, Núbia Soares. “Espero que agora ele passe um bom tempo na cadeia e que a Justiça não seja falha”, afirmou Núbia, viúva de Petrus.

Segundo o advogado de Spinelli, João Olímpio Mendonça, o tempo que ele ficará preso ainda será definido pelo Judiciário, mas levará em conta o período já cumprido. Após ser condenado, o médico passou dois anos no Cotel e depois conseguiu liminar para cumprir a pena em prisão domiciliar. Em 2010, obteve habeas corpus no Supremo Tribunal de Justiça.

Com relação a um novo pedido de pena domiciliar, o advogado afirmou que está analisando as possibilidades. “Ele usa cadeira de rodas porque é paraplégico, o que está descrito em laudos médicos entregues à Justiça”, disse João Olímpio Mendonça.

Petrus, 41, foi assassinado com seis tiros por dois homens numa moto, na Avenida General San Martin, após ter saído de um plantão no Hospital Geral de Areias. O cardiologista, padrinho de casamento da vítima, teria contratado, por R\$ 5 mil, o PM Douglas Dias de Araújo, o Pit Bull, que articulou uma quadrilha para cometer o crime. Ednaldo Barbosa, o Pirulito, que estava na moto que abordou o dentista, seria o autor dos disparos. Spinelli e Barbosa foram condenados a 17 anos e 15 anos de prisão, respectivamente, em setembro de 2010. Já Pit Bull foi condenado a 17 anos, em novembro de 2010.

Crimes chocantes

O caso ocorreu 9 anos antes de outro crime chocante envolvendo o meio médico: a morte do cirurgião torácico Artur Eugênio Pereira, assassinado a tiros em 12 de maio. O cirurgião Cláudio Amaro Gomes, que seria o mandante, além de seu filho e de Lyferson da Silva, os supostos executores, estão presos.

Assunto: Começam ouvidas das testemunhas de acusação da Operação Ponto Final	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:

G1**PERNAMBUCO**

Começam ouvidas das testemunhas de acusação da Operação Ponto Final

Nomes para depor à Justiça foram indicados pelo Ministério Público de PE. Ex-secretário de Relações Institucionais de Caruaru será um dos ouvidos.



Audiência judicial ocorre no Fórum de Caruaru
(Foto: Gésika Rodrigues/ TV Asa Branca)

Tiveram início na manhã desta segunda-feira (21), as ouvidas das testemunhas de acusação referentes ao processo judicial que investiga os vereadores presos na Operação Ponto Final. A ação ocorreu em Caruaru, no Agreste. Entre as indicações do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para depor à Justiça, está o ex-secretário municipal de Relações Institucionais Marco Casé, além de policiais civis.

Os depoimentos ocorrem em uma audiência no Fórum do município. Os parlamentares investigados estão no local acompanhados dos seus advogados. Após estas ouvidas será a vez dos vereadores apresentarem argumentos, mas isso só deve ocorrer em agosto, segundo os advogados de defesa.

Divulgação de gravações

A bancada de defesa dos vereadores envolvidos na Operação Ponto Final já foi notificada sobre a liberação de parte das gravações dos parlamentares para a divulgação. De acordo com o advogado Saulo Amazonas, que faz parte da bancada, o material está sendo avaliado pelo grupo. "Nós estamos lendo, vendo o conteúdo e vamos nos reunir nessa semana [há duas semanas] para marcar outra coletiva. Vamos voltar a assistir ao DVD para que a gente possa formatar de modo didático e possa apresentar, e a população entenda de forma fácil", explica.

Ainda segundo o advogado, o material tem cerca de 30 minutos de duração e ajudará na defesa dos vereadores. O juiz Francisco Assis Moraes Júnior, da 4ª Vara Criminal de Caruaru, foi quem autorizou a veiculação de parte das gravações dos vereadores investigados na Operação Ponto Final.

Operação Ponto Final II

[A Polícia Civil divulgou os detalhes do inquérito da Operação Ponto Final II](#) realizada para investigar um suposto esquema de corrupção envolvendo cinco vereadores do município. O documento com 600 páginas foi entregue ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) no dia 13 de fevereiro.

De acordo com as investigações, três vereadores lideravam a organização criminosa que tinha por objetivo colher assinaturas para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara de Vereadores. Val (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) teriam oferecido dinheiro a dois vereadores para que fosse assinada a proposição de instalação da CPI da Controladoria Geral da União (CGU). Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS) e Val das Rendeiras (PROS) teriam aceitado a oferta e recebido, cada um, R\$ 30 mil - sendo metade antes da assinatura e metade após a instauração da comissão.

Segundo a Polícia Civil, Val (DEM), Evandro Silva (PMDB) e Neto (PMN) foram indiciados por corrupção ativa e organização criminosa, cuja pena pode chegar a 29 anos e três meses de reclusão. Já os vereadores Jadiel Nascimento (PROS) e Val das Rendeiras (PROS) foram indiciados por corrupção passiva e organização criminosa.

De acordo com Erick Lessa, gestor de Controle Operacional do Interior I, 22 pessoas foram ouvidas durante as investigações, entre elas secretários, vereadores e líderes de partidos políticos. O inquérito conta ainda com 410 horas de provas cautelares, como escutas com a autorização da Justiça, gravações e interceptações feitas pela polícia. “As investigações começaram em junho. Um dos marcos do procedimento é a fala do vereador Ranilson dos Santos (PTB), na sessão legislativa do dia 24 de setembro de 2013, onde o mesmo afirma que vereadores da oposição ofereceram dinheiro para que ele votasse a favor da instalação da CPI da CGU, que investigaria as contas da prefeitura”, detalha. Ainda de acordo com o gestor, após a instalação da CPI, os vereadores pretendiam barganhar dinheiro com a prefeitura para que a investigação fosse arquivada.

Operação Ponto Final

Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) foram presos no dia 18 de dezembro durante a Operação Ponto Final, da Polícia Civil.

No dia 24 de dezembro, seis dos dez vereadores foram soltos. O primeiro a deixar a unidade foi Louro do Juá (DEM). Em seguida, Jajá (PPS). Logo após, foi a vez de Val das Rendeiras (PROS) e Neto (PMN). Depois, Sivaldo Oliveira (PP) foi liberado e, por último, Evandro Silva (PMDB).

Em 25 de dezembro, deixaram a penitenciária Cecílio Pedro (PTB) e Val (DEM), após pagarem fiança de R\$ 50 mil cada, por porte ilegal de armas. Os pedidos de habeas corpus de Eduardo Cantarelli (SDD) e Jadiel Nascimento (PROS) foram aceitos no dia 26 pelo Tribunal de Justiça do Pernambuco (TJPE).

Uma coletiva de imprensa foi realizada no dia 27 de dezembro para apresentar dados da conclusão do inquérito. Nela, foi informado que os vereadores são suspeitos de prática

de corrupção passiva, que é a solicitação de vantagem indevida; de concussão, que é crime contra a administração pública; e de organização criminosa, que é a integração e ações de cunho criminal. No caso dos vereadores, por serem funcionários públicos, a pena de Organização Criminosa pode aumentar de 1/6 a 2/3.

De acordo com o gestor operacional do Interior I e presidente da investigação, Erick Lessa, três vereadores foram considerados os mentores do suposto esquema. "Os cabeças eram Cecílio Pedro (PTB) e Sivaldo Oliveira (PP) da situação, e Val das Rendeiras (PROS) da oposição. A mediação entre as partes era feita pelo vereador Eduardo Cantarelli (SDD) que era o mais ousado do esquema" afirma Lessa. Questionado o porque de 'ousado', o delegado afirma que ele era bem incisivo nas negociações.

Ainda de acordo com o delegado Erick Lessa, um dos vereadores que tentou ajudar a polícia durante as ouvidas foi Jadiel Nascimento (PROS). Ele apelou pela delação premiada, porém, o Ministério Público entendeu que o depoimento dele não teria contribuído para esclarecer como o esquema de fato era feito.

Assunto: TJPE inicia programa de capacitação para policiais militares	
Veículo: folhape.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:



TJPE inicia programa de capacitação para policiais militares

Projeto teve início em 1997 e tem como foco a conscientização da instituição policial

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deu início, nesta segunda-feira (21), ao ciclo de palestras da capacitação "Justiça Sem Demora". Segundo o Poder Judiciário estadual a iniciativa foi idealizada pela juíza Dilza Christine Lundgren de Barros, que atua nas 3ª e 4ª Varas da Infância e Juventude da Capital. O objetivo do projeto é capacitar 200 policiais militares sobre os procedimentos envolvendo crianças ou adolescentes, na condição de vítimas ou infratores. O treinamento foi dividido em quatro dias de atividades (21, 24, 28 e 30 de julho), realizadas no auditório da Vara Regional da Infância e Juventude da 1ª Circunscrição Judiciária, na Coordenadoria da Infância e Juventude (CICA), das 8h às 12h.

O projeto teve início em 1997 e tem como foco a conscientização da instituição policial no que concerne ao tratamento de criança ou adolescente infrator. Cerca de 7 mil policiais militares já passaram por esta capacitação, que consiste na apresentação de palestras ministradas pela Juíza Dilza Christine, onde são expostas situações do cotidiano da corporação policial. Além disso, são repassadas informações e orientações quanto aos procedimentos envolvendo crianças ou adolescentes na condição de infrator, conforme o estabelecido na Lei 8.609/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O primeiro dia de palestras foi voltado para os comandantes de todos os batalhões do Estado. Os próximos dias estão reservados para os outros setores da instituição como o Grupo de Apoio Tático Itinerante (GATI), além da ROCAM e da participação da Polícia Civil. O programa Justiça Sem Demora conta com o apoio do Ministério Público de Pernambuco, da Secretaria da Defesa Social e Secretaria da Infância e Juventude do Estado, esta representada pelo secretário Pedro Eurico.

Assunto: TAP terá que indenizar família em R\$ 96 mil por extravio de bagagem	
Veículo: folhape.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:



TAP terá que indenizar família em R\$ 96 mil por extravio de bagagem

Decisão foi tomada pelo juiz Cláudio Malta de Sá Barreto. Caso ocorreu em 2008

A companhia aérea TAP foi condenada a pagar indenização por danos morais e materiais para cinco pessoas que tiveram as bagagens extraviadas quando viajavam juntas para a Europa, em janeiro de 2008. Na sentença, publicada no Diário de Justiça da última terça-feira (15), o juiz Cláudio Malta de Sá Barreto, da 28ª Vara Cível da Capital, levou em conta o fato de que duas das pessoas afetadas faziam uso diário de medicação controlada no período da viagem.

A decisão contempla um casal, que receberá R\$ 40 mil; seus dois filhos, que serão indenizados em R\$ 10 mil, cada um; e a noiva, na época, de um dos passageiros, que também receberá R\$ 10 mil. Esses valores correspondem à multa por danos morais. A companhia aérea também foi condenada a pagar R\$ 26.094,04 por danos materiais, totalizando R\$ 96.094,04.

O caso aconteceu no dia 10 de janeiro daquele ano, quando a família embarcou no Recife com destino a Londres. Segundo os autos, das quatro bagagens despachadas, apenas uma foi entregue de volta no momento do desembarque. Após entrarem em contato com a empresa e não serem atendidos no que se refere à promessa de que receberiam as outras malas até o dia seguinte, os clientes tiveram que arcar com os custos de roupas, objetos e remédios durante os dias fora do Brasil.

Ainda conforme informações do processo, nenhum auxílio dos funcionários da TAP foi prestado à família durante a estadia na Europa. Somente na volta à capital pernambucana, os passageiros tomaram conhecimento de que uma mala ainda estava intacta e de que a outra tinha sido devolvida totalmente avariada. A terceira nunca foi encontrada.

Além dos valores estipulados para a ação, a TAP também foi condenada a pagar juros moratórios legais de 1% a partir da data da citação, bem como o pagamento dos custos do processo e dos honorários dos advogados.

Assunto: TAP terá que indenizar família em R\$ 96 mil por extravio de bagagem	
Veículo: folhape.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:



Começam as ouvidas na justiça com envolvidos na Operação Ponto Final

O criminalista Emerson Leônidas é o principal advogado de defesa dos vereadores; Ele disse que o processo será longo, já que mais de 170 pessoas serão ouvidas

Começou no Fórum de Caruaru o processo de ouvidas dos envolvidos na Operação Ponto Final, que culminou com a prisão de dez vereadores da cidade. O primeiro a prestar esclarecimento foi o secretário de Relações Institucionais do município, Marco Casé. Ele é uma das testemunhas de acusação do MPPE a serem ouvidas no processo.

Casé é peça chave no processo. Foi na sala dele que as escutas da Polícia Civil foram gravadas. Ele entrou na sala do Tribunal do Júri e não quis falar com os jornalistas. A imprensa não foi autorizada a acompanhar a audiência, já que o juiz da 4ª Vara Criminal, Francisco de Assis, disse que o processo segue em segredo de justiça. Além dele, estavam previstos para serem ouvidos um policial civil que fez parte da investigação e o ex-secretário de Educação Tony Galvão, mas ambos foram liberados. A maioria dos vereadores envolvidos no caso veio ao Tribunal para acompanhar os depoimentos.

O criminalista Emerson Leônidas é o principal advogado da banca de defesa dos vereadores. Ele disse que o processo judicial será longo, já que mais de 170 pessoas serão ouvidas. "Todas aquelas investigações feitas pela polícia serão submetidas ao processo do contraditório. Cada vereador vai ter como se defender. As testemunhas serão ouvidas e após isso, pode ocorrer uma fase de diligências, caso seja necessário. É um processo que demora um pouco", disse.

Ele explicou ainda que a expectativa da defesa é boa diante dos fatos ocorridos nos últimos dias. "Ao fim do processo o magistrado pode absolver ou condenar algum vereador. Estamos agora na fase da ampla defesa. Temos uma técnica dos advogados e a auto-defesa, feita pelos próprios acusados, já que todas as informações são necessárias nessa etapa do processo. Nós esperamos a absolvição dos dez vereadores, mas já estamos impugnando, por meio de medidas de habeas corpus, a legalidade dessas investigações que foram feitas pela polícia. Estamos antecipando e talvez possamos chegar a um denominador comum antes da sentença judicial", explicou.

Essa semana serão ouvidas as testemunhas de acusação, na próxima as de defesa e na sequência os vereadores. O prefeito José Queiroz será ouvido na próxima quinta-feira (24) às 14h.

Gravações - Os advogados de defesa já estão com a liberação para divulgar alguns áudios que poderiam expôr outros políticos da cidade. Eles iriam mostrar em coletiva de imprensa o teor das gravações, mas tiveram que solicitar a autorização do juiz. A banca de defesa ainda não sabe como vai liberar o teor das gravações e nem quando vai fazer isso.

Assunto: TJPE contará com câmaras extraordinárias para alcançar meta de julgamentos	
Veículo: folhape.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:



TJPE contará com câmaras extraordinárias para alcançar meta de julgamentos

Câmaras nas áreas cível e criminal vão funcionar a partir de agosto

Foi aprovado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), nesta segunda-feira (21), o projeto de resolução que regulamenta o funcionamento das Câmaras Extraordinárias Cível e Criminal no âmbito do Judiciário estadual. As unidades atuarão em regime de mutirão para o cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relacionadas ao 2º Grau de Jurisdição.

Cada Câmara será composta por três desembargadores e funcionará por 90 dias, a partir do próximo dia 1º de agosto, podendo ter as atividades prorrogadas por igual período. A primeira sessão das Câmaras deve acontecer no dia 16. A 1ª Câmara Extraordinária Cível será composta pelos desembargadores Eudes França, Fábio Eugênio Oliveira Lima e Carlos Moraes. Já a 1ª Câmara Criminal será integrada por três desembargadores designados pelo presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves.

Até o início deste mês, o TJPE contava com 2.529 processos alcançados pela Meta 2/2014 do CNJ, sendo 1.230 cíveis, 828 criminais, 380 fazendários e 91 de competência da Corte Especial ou Pleno. A meta estipula a identificação e o julgamento, até 31 de dezembro deste ano, de ao menos 80% dos processos distribuídos até o fim de 2011.

Assunto: TJPE contará com câmaras extraordinárias para alcançar meta de julgamentos	
Veículo: folhape.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:



Fórum discute a atenção aos usuários de drogas

Acontece nesta terça-feira o 1º Fórum de Atenção a Usuários de Drogas: Ampliando o Debate. O encontro é voltado para profissionais da Justiça, saúde, educação e assistência social. O evento ocorrerá no 2º andar do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, no bairro da Ilha Joana Bezerra, região central do Recife, das 9h às 17h.

A programação começa com a mesa redonda "Políticas sobre Drogas na Perspectiva da Justiça, Saúde, Assistência Social e Educação", conduzida pela coordenadora do Centro de Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas de VEPA, Jana Barros da Silva.

A segunda mesa tem início previsto para as 13h30, com o tema "Práticas de Atenção a Usuários de Drogas: Fortalecendo a Rede e as Ações Intersetoriais", mediada pela coordenadora do Núcleo de Justiça Terapêutica da VEPA, Diva Matos.

Interessados em participar podem se inscrever através do e-mail inscricoesforumdrogas@gmail.com. Mais informações pelo número (81) 3181-0150.

Assunto: Policiais militares participam de treinamento especial do Tribunal de Justiça	
Veículo: folhape.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:



Policiais militares participam de treinamento especial do Tribunal de Justiça

Policiais militares do estado participarão, até o próximo dia 30, de palestras do programa de capacitação Justiça Sem Demora (JSD), do Tribunal de Justiça em Pernambuco. O projeto, que começou nessa segunda-feira (21), visa o melhor treinamento dos profissionais sobre os procedimentos envolvendo crianças e adolescentes, na condição de vítimas ou infratores, e deve beneficiar cerca de 200 militares.

O ciclo de palestras continuará nos dias 24, 28 e 30 de julho, das 8h às 12h, no auditório da Vara Regional da Infância e Juventude, da 1ª Circunscrição Judiciária, na Coordenadoria da Infância e Juventude (CICA), bairro da Boa Vista, Recife.

As palestras, ministradas pela juíza Dilza Christine, expõem situações do cotidiano da corporação policial e repassam informações quanto aos procedimentos envolvendo crianças e adolescente na condição de infratores, conforme o estabelecido na Lei 8.609/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesta segunda, participaram da capacitação os comandantes dos batalhões do estado. Os próximos três dias estão reservados para os demais setores da corporação, como o Grupo de Apoio Tático Itinerante (Gati) e a Companhia Independente de Policiamento com Motocicleta (CIPMoto). Policiais civis também vão participar.

Assunto: Tribunal de Justiça terá câmara especial para bater metas do Conselho Nacional de Justiça	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Tribunal de Justiça terá câmara especial para bater metas do Conselho Nacional de Justiça

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aprovou, nesta segunda-feira (21), o projeto de resolução que regulamenta o funcionamento das Câmaras Extraordinárias Cível e Criminal no âmbito do Judiciário estadual. As unidades atuarão em regime de mutirão para o cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cada câmara será composta por três desembargadores e funcionará por 90 dias, a partir de 1º de agosto. As atividades podem ser prorrogadas por igual período. A primeira sessão das câmaras deve acontecer no dia 16 de agosto. A medida foi anunciada no discurso de posse do presidente Frederico Neves como um dos projetos prioritários da gestão.

Até 1º de julho deste ano, o TJPE contava com 2.529 processos alcançados pela Meta 2/2014 do CNJ. Desse total, 1.230 são cíveis, 828 criminais, 380 fazendários e 91 de competência da Corte Especial ou Pleno. A Meta 2 estipula a identificação e o julgamento, até 31 de dezembro deste ano, de ao menos 80% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2011.

A 1ª Câmara Extraordinária Cível será composta pelos desembargadores Eudes França, Fábio Eugênio Oliveira Lima e Carlos Moraes. Já a 1ª Câmara Criminal será integrada por três desembargadores designados pelo presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, entre aqueles que se habilitarem. A composição será definida com base no critério de antiguidade.

Assunto: Testemunhas de acusação começam a ser ouvidas na Operação Ponto Final	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Testemunhas de acusação começam a ser ouvidas na Operação Ponto Final

Nesta segunda-feira (21), as primeiras testemunhas de acusação da Operação Ponto Final, que resultou na prisão de dez vereadores da cidade de Caruaru, começaram a ser ouvidas. A audiência aconteceu no fórum da cidade e, inicialmente, contaria com o depoimento de cinco testemunhas. No entanto, três foram dispensadas e apenas duas realizaram o depoimento. Entre elas, estava o ex-secretário de Relações Institucionais, Marcos Casé, já que foi na sala dele em que as escutas foram montadas.

Na avaliação do advogado que representa os dez vereadores, Marcelo Cumarú, o primeiro dia foi positivo. “Não podemos revelar detalhes, já que o processo corre em segredo de Justiça, mas podemos dizer que o desempenho foi bom para nós”, disse. De acordo com ele, o depoimento das testemunhas de acusação deve ocorrer até a próxima quinta-feira (24). Na próxima semana serão ouvidas as testemunhas de acusação.

Entenda o caso

No dia 18 de dezembro do ano passado, dez vereadores do município de Caruaru foram presos pela operação Ponto Final, da Polícia Civil. Val das Rendeiras (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Louro do Juá (JDD), Jadiel Nascimento (PROS) Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Eduardo Cantarelli (SDD), Evandro Silva (PMDB), Neto (PMN) e Jajá (PPS) foram acusados de participarem de esquemas de corrupção. De acordo com a Polícia, os vereadores são suspeitos de corrupção passiva, de crime contra a administração pública (concessão) e de organização criminosa.

Assunto: TAP é condenada a pagar R\$ 96 mil em indenização por extravio de bagagem	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:



TAP é condenada a pagar R\$ 96 mil em indenização por extravio de bagagem

A companhia aérea internacional Transportes Aéreos Portugueses (TAP) foi condenada a pagar R\$ 96 mil de indenização por danos morais e materiais para uma família que teve sua bagagem extraviada em uma viagem para a Europa, em janeiro de 2008. Na sentença, o juiz Cláudio Malta de Sá Barreto, da 28ª Vara Cível da Capital, foi favorável à causa dos cinco integrantes e salientou que dois deles faziam uso diário de medicação controlada na época.

Os valores das indenizações por danos morais foram estipulados em R\$ 40 mil para um casal e em R\$ 10 mil para cada um dos dois filhos, mesmo valor estipulado para a então noiva de um dos filhos do casal. Além da indenização por danos morais, a ré foi condenada a indenizar os autores em R\$ 26.094,04 por danos materiais. Um dos passageiros seria hipertenso e tem glaucoma. Ele fazia uso recorrente de remédios para controle dos sintomas, sob risco de ficar cego. Como trabalha em Angola, tinha pouco tempo para desfrutar com a família. Atrelado ao fato, sua esposa havia sido submetida a uma operação de urgência, o que a levou a tomar medicação controlada.

A viagem da família aconteceu no dia 10 de janeiro de 2008. Eles embarcaram no Aeroporto Internacional do Recife com destino ao Aeroporto de Heathrow, em Londres. Foram despachadas quatro bagagens, uma referente ao casal e as outras três referentes aos outros autores da ação. Após o desembarque, e depois de muita espera e procura nas outras esteiras do saguão, somente uma das malas foi entregue, a da filha do casal. Após entrarem com reclamação formal no balcão da empresa no aeroporto, os autores foram alertados que a empresa responsável pelas bagagens entregaria as malas até o dia seguinte. Com o descumprimento da promessa, a família teve que custear roupas e, principalmente, remédios. E apenas um dos passageiros conseguiu adquirir os medicamentos de que precisava, no dia 15 de janeiro. A esposa não teve a mesma sorte porque os remédios só poderiam ser vendidos com receita médica.

De acordo com os autos processuais, nenhum auxílio dos funcionários da TAP foi prestado à família durante a estadia na Europa. Somente na volta ao Recife, eles tomaram conhecimento do destino das outras três bagagens: uma ainda estava intacta, outra foi devolvida totalmente avariada, enquanto que a terceira nunca foi encontrada.

Em resposta, a TAP alegou que os autores não forneceram qualquer tipo de documentação de manuseio de bagagem especial, que entende como improcedência dos pedidos autorais. A empresa ainda ofereceu embargos de declaração, alegando contradição e obscuridade nos valores estabelecidos na sentença, visto que poderia ser feito um pagamento errôneo aos autores da ação. Ainda assim, na sentença, o juiz

Cláudio de Sá Barreto enfatizou a questão de dois dos autores serem portadores de doença e da necessidade dos medicamentos. Além dos valores estipulados para a ação por danos morais e materiais, a empresa TAP também foi condenada a pagar juros moratórios legais de 1% a partir da data da citação, bem como o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor da condenação.

Assunto: TAP é condenada a pagar R\$ 96 mil em indenização por extravio de bagagem	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:



Juiz lança livro em versão atualizada

Após passar um ano e meio fazendo pós-doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o juiz Silvio Romero lançou a segunda edição do seu livro Direitos da Personalidade. A publicação que havia sido lançada pela primeira vez no ano de 2005 volta às livrarias agora totalmente atualizada e revisada. Editado pela Atlas, o livro de mais de 200 páginas estuda a figura jurídica dos Direitos da Personalidade, que envolve os direitos necessários e essenciais à existência da pessoa humana. O lançamento do livro foi anunciado pelo juiz que reponde pela 18ª Vara Cível da Capital em visita feita ontem ao Diário de Pernambuco. Silvio Romero foi recebido pelo presidente dos Diários Associados no Nordeste, Jozil Barros.

“Em face do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, pode-se dizer que a pessoa é o bem supremo da ordem jurídica, o seu fundamento e seu fim. Sendo possível concluir que o Estado existe em função das pessoas e não o contrário, a pessoa é o sujeito do direito e nunca o seu objeto. Não há valor que supere o valor da pessoa humana. É nesse sentimento de valor que se fundamenta o direito da personalidade como projeção da personalidade humana”, explica o autor do livro, que também é professor de direito da Universidade Federal de Pernambuco.

De acordo com Silvio Romero, o livro é direcionado para os profissionais do direito, estudantes de direito e advogados para fundamentar as ações de responsabilidade civil por danos morais. “Todos aqueles que militam no campo da responsabilidade civil, com ênfase na figura do Dano Moral, encontrará nesse livro um campo vasto de investigação”, resume o autor.

O objeto de investigação do Livro foi estudar os direitos da personalidade inseridos no Código Civil de 2003, sua estrutura e tutela jurídica. O estudo orientou-se por uma metodologia de aplicação do direito, tendo em vista a definição teórico-científica do Direito da Personalidade e a possibilidade efetiva da aplicação de seus pressupostos nas questões jurídicas, de modo a obter soluções para os casos práticos que surgem na sociedade. “O princípio da dignidade da pessoa humana é o fundamento principal e o conteúdo dos direitos da personalidade, partindo o presente estudo de uma reflexão dos direitos essenciais da pessoa, em defesa de seus aspectos físicos, morais e espirituais”, escreve Silvio Romero na introdução do livro.

Trecho do capítulo 7

*Distinção entre direitos da personalidade e direitos fundamentais
Apesar de a maioria dos preceitos relativos ao direito da personalidade ser tratada*

como direitos e garantias fundamentais, há entre eles distinções, pois os direitos da personalidade exprimem aspectos que não podem deixar de ser conhecidos sem afetar a própria personalidade humana, enquanto os direitos fundamentais demarcam em particular a situação do cidadão perante o Estado, com a preocupação básica da estruturação constitucional.

Os princípios do Direito Civil são em regra princípios constitucionais, pois, por serem comuns, podem ou não ter assento na Constituição. Por isso é que se diz que muitos dos direitos fundamentais são direitos de personalidade, mas nem todos os direitos fundamentais são direitos de personalidade.

Os direitos de personalidade, como primeiro conceito afim dos direitos fundamentais, são posições jurídicas do homem que ele tem pelo simples fato de nascer e viver, de vir a nascer ou ter vivido; são aspectos imediatos da exigência de integração do homem, e ainda condições essenciais ao ser e dever ser. Revelam o conteúdo necessário da personalidade e têm por objeto os bens da personalidade física, moral e jurídica.

Assunto: Mandante de execução de dentista em 2005 é preso	
Veículo: jconline.com.br	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Mandante de execução de dentista em 2005 é preso

José Carlos Queiroz Spinelli foi condenado a 17 anos de prisão em 2010, mas recorreu da decisão

O cardiologista José Carlos Queiroz Spinelli, mandante do assassinato do cirurgião-dentista Petrus Soares da Silva em 2005, foi preso nesta segunda-feira (21) após se apresentar na 1ª Vara do Júri da Comarca do Recife. O médico foi condenado a 17 anos de prisão em 2010, mas recorreu da decisão. No último dia 14, o juiz Elson Zoppellaro Machado determinou o cumprimento da sentença condenatória e dia 17 um mandado de prisão foi expedido. José Carlos Spinelli não pode mais recorrer. Ele foi encaminhado à Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá, na Região Metropolitana.

Além do cardiologista, outras pessoas tiveram envolvimento no crime. O policial militar Douglas Dias de Araújo, o Douglas Pitbull, que contratou um grupo para matar o dentista, está preso no Centro de Reeducação da Polícia Militar (Creed). Os demais participantes da execução estão em liberdade provisória.

Alberto Soares, irmão de Petrus, diz que ficou aliviado com a prisão de José Carlos. “Não consigo externar exatamente o que estou sentindo, minha alma está vazia. O homem que destruiu a minha família era nosso amigo íntimo, foi padrinho do meu casamento e do de Petrus e é padrinho da minha filha mais velha. Só posso sentir alívio em saber que ele será punido pelo que fez”, relatou o dermatologista.

Petrus Soares e José Carlos Spinelli eram amigos e trabalhavam juntos no Hospital Geral de Areias, na Zona Oeste do Recife. Após um assédio realizado pelo cardiologista à esposa de Petrus, eles cortaram relações e a convivência profissional ficou cada dia mais conturbada.

No dia 14 de outubro de 2005, quando voltava do trabalho, Petrus Soares foi executado com seis tiros na Avenida General San Martin. O dentista dirigia um Palio Weekend quando foi abordado por dois homens em uma moto e baleado. Ele deixou esposa e dois filhos.

Assunto: Greve dos professores do Recife	
Veículo: NE10	Data: 22/07/2014
Editoria:	Seção:



Professores do Recife afirmam que retomaram negociações; prefeitura nega

Em greve desde o último dia 15 deste mês, professores da rede municipal do Recife se reuniram, na manhã desta segunda-feira (21), com o secretário de Governo do Recife, Sileno Guedes, na tentativa de retomar as negociações da campanha salarial. De acordo com o sindicato da categoria (Simpere), Sileno Guedes se comprometeu em analisar a pauta de reivindicações e dar um retorno até a próxima assembleia da categoria, marcada para as 14h desta terça, no pátio da PCR.

Já a Prefeitura do Recife, por meio de sua Assessoria de Imprensa, afirmou que a reunião com o secretário de Governo não significou a retomada das negociações. A Prefeitura teria apenas recebido a pauta dos professores, mas as negociações salariais só poderão ser reiniciadas após o fim da greve, considerada ilegal pela Justiça. Por esse motivo, o secretário de Educação, Jorge Vieira, não teria participado do encontro. Atualmente, a rede municipal de ensino conta com 90 mil alunos.

Para a diretora de Comunicação do Simpere, Cláudia Ribeiro, a reunião desta segunda representou, sim, o reinício das negociações. "Mostramos para Sileno que a Prefeitura não vem cumprindo o acordo salarial. E ele, como secretário de Governo, nos prometeu uma resposta", disse Cláudia. A reunião desta segunda só foi marcada depois que os professores ocuparam o prédio da administração municipal por mais de 10 horas na última sexta-feira (18). "Consideramos o encontro de hoje uma vitória da categoria", acrescentou a diretora do Simpere.

Entre as principais reivindicações dos docentes, estão a implementação das aulas-atividades, além da revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) e o cumprimento da lei do piso salarial.

Apesar do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) ter decidido pela ilegalidade da greve e decretado multa diária de até 100 mil reais por dia ao sindicato, a entidade garante que o movimento continua forte. A Prefeitura também anunciou que irá descontar as faltas dos professores que não estão indo trabalhar a contar da última quinta-feira (17). Na manhã desta segunda, a reportagem da Rádio Jornal visitou a Escola Municipal General Emídio Dantas Barreto, em Santo Amaro, e constatou que aumentou o número de professores que retomaram as atividades.

Questionada se a greve estava enfraquecida, a diretora do Simpere afirmou que a adesão da categoria é de 85% e que algumas escolas estão funcionando parcialmente graças ao trabalho das pessoas que ocupam cargos de chefia ou são professores temporários ou estagiários. "Os professores efetivos não estão trabalhando. Estamos unidos para defender nossos direitos", disse Cláudia Ribeiro.